

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SIMA	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Titular	Presente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Justificado	
		Adilson Nunes Fernandes	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marco César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Suplente	Presente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Ausente	
06	IGAM-MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Presente	
		Maria de Lourdes Amaral Nascimento	Titular	Ausente	
	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Suplente	Ausente	
07	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Simone Fernanda Zambuzi	Titular	Presente	
	P.M. de Jundiaí	Luiz Fernando Arantes Machado	Suplente	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Presente	
08	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Titular	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Titular	Presente	
	P.M. de Cordeirópolis	José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
		Joaquim Dutra Furtado Filho	Suplente	Ausente	
09	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
		Danilo de Albuquerque	Titular	Presente	
	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
10	P.M. de Louveira	Estanislau Steck	Titular	Ausente	
		Mateus Bento Batista Arantes	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Carlos Cesar Gimenez Zappia	Suplente	Presente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Presente	p/Aline M. L. de Moraes
		Ariella Machado de Oliveira Montebello	Titular	Ausente	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Stela Dalva Sorgon	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Saulo Tarsis Paiva Vieira	Titular	Presente	
	P.M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Suplente	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Suplente	Presente	
14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Presente	
		Maurício Polezi	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Indiara Cardoso Guasti Jogas	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

15	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Presente	
		Kamila Vilela Barros Santos	Titular	Ausente	
	SINMEC	Itamar Antônio de Oliveira	Suplente	Ausente	
19	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luis Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
20	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Presente	p/José Cezar Saad
	SINDAE	Renan Roncolato Pereira de Almeida	Suplente	Ausente	
21	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Ausente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
		Sérgio Desiderá	Suplente	Ausente	
23	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Titular	Ausente	
	Associação Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa	Suplente	Ausente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Ausente	
	CREA-MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	DAEE	Vinícius Rosa Rodrigues	Coordenador	Presente
	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Justificado
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	ABES-SP	Dafne Côrrea da Silva	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Jairo Alves Júnior	Coordenador-adjunto	Presente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Ausente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
		Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Coordenador	Ausente
	P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Ausente
	SAA	Denis Herisson da Silva	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	INEVAT	Ariella Machado de Oliveira Montebello	Coordenadora	Ausente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Ausente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Patrícia Barufaldi – Diretora Técnica
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Elaine Franco de Campos – Coordenadora de Projetos
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão
	Tony Segatto – Coordenador Financeiro
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
	Bruno Aranda
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Diogo Pedrozo
	Douglas Brunelli
	Everton Campos Quiararia
	Fábio Coca
	Felipe Ferreira
	Gabriel Sobreira
	Isabela Butturi
	Ivan Gerdzijauskas
	Karla Romão
	Kaique Barretto
	Larissa Lucianetti
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Luiz Colassio
	Marina Peres Barbosa
	Mariane Rodrigues Amuy
	Mateus Ismael
	Rebeca Silva
	Roberta Dalfré
	Suzana Darahem
	Thamiris Cardoso
	Tiago Georgette
ANA	Osman Fernandes da Silva
CETESB	Laura Stela Naliato Perez
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
Ministério Público do Estado de São Paulo	Alexandra Faccioli Martins
	Rodrigo Sanches Garcia
Movimento Resgate Cambuí	Tereza Penteado
	Vicente Andreu
Profill Rhama	Sidnei Agra
	Thawara Fonseca Guidolin
SAAE Salto	Silvia Telles
	Sara Appendino
SEMAE	Renato Natalio Cardoso

Pauta e abertura. A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 25/02/2022. A abertura da

5 reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e
10 informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, passou a palavra para a Sra. Roberta Dalfré, Analista Técnica da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias
15 PCJ, que informou sobre as normas para a realização de reuniões por videoconferência e que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. André apresentou a pauta da reunião e sugeriu que o item 1 – “Informes” fosse
20 realizado como penúltimo item da pauta, tendo em vista a extensão da reunião. Na sequência, o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de
25 Monitoramento Hidrológico (CT-MH), sugeriu que o item 8 – “Agenda para o GT-Estiagem 2022” fosse realizado no início da reunião, propondo sua inserção como item 2 da pauta, visto a importância da discussão do tema. Após a apresentação das
30 propostas de inversão de pauta, o Sr. André questionou aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações contrárias, a pauta contendo as alterações propostas foi considerada como aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. 1.
35 **Aprovação da ata da 56ª Reunião Extraordinária da CT-PL realizada em 14/01/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de
40 Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 56ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de
45 Planejamento (CT-PL), realizada em 14/01/2022, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado
50 em votação, sendo aprovada por unanimidade. 2. **Agenda para o GT-Estiagem 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
55 CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que informou que foi criado, por meio da Resolução SIMA nº 146/21, de 27/12/2021, o Comitê Técnico (CT) para avaliar o Sistema de Abastecimento da Região da Macrometrópole Paulista, tendo como membros

60 órgãos estaduais (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP) e como convidados os Comitês de Bacias
65 Hidrográficas do Alto Tietê (CBH-AT) e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ). O CT possui como atribuição analisar e acompanhar as medidas implantadas, e em implementação, do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos
70 Hídricos, visando avaliar seus efeitos e, se necessário, indicar ações alternativas de curto e médio prazo que garantam o suprimento de água bruta, sob o enfoque de segurança hídrica e de aproveitamento integrado de recursos hídricos, para
75 a Região da Macrometrópole Paulista. O CT realizou 6 (seis) reuniões nos dias 06, 11, 18, 21 e 27/01/2022 e 14/02/2022. Através do OFÍCIO/SUP/0206/2022, datado de 18/02/2022 (Processo nº 9805040 - DAEE), e encaminhado em
80 22/02/2022 por meio digital à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, o DAEE propôs realizar um período de testes a serem executados até 31/05/2022 (término do período úmido), para melhor estudar as possíveis consequências das alterações nas
85 descargas do Sistema Cantareira, especificamente no ponto de controle “Captação de Valinhos”, no Rio Atibaia, inicialmente para a avaliação dos CBHs envolvidos (AT/PCJ), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do DAEE e
90 demais entidades e agentes interessados. Também foi solicitado a compatibilização de agenda com a presidência dos CBHs (AT/PCJ) para realização de reunião e discussão sobre o assunto com o órgão estadual. Após os esclarecimentos, o Sr. André
95 abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que
100 explanou que o assunto em discussão não se trata da renovação da outorga do Sistema Cantareira (SC), mas sim de alteração nas descargas do SC, em período de teste. O Sr. Alexandre enfatizou que caso seja concedida a aprovação para a realização do
105 teste, a alteração na descarga deverá ocorrer de forma excepcional e temporária, respeitando a segurança hídrica dos múltiplos usos nas Bacias PCJ. Afirmou ainda que não concorda com a justificativa apresentada pelo DAEE, conforme
110 descrito no OFÍCIO/SUP/0206/2022, em que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

afirmam que “na prática das operações das descargas de fundo dos três aproveitamentos, tem mostrado que, devido ao comportamento variável dos Rios Cachoeira, Atibainha e Atibaia, ao dilatado tempo de percurso das ondas de abertura e fechamento de comportas das barragens – superior a 7 (sete) dias – e a existência de captações e lançamentos ao longo desses cursos d’água, têm sido descarregados volumes à mais dos reservatórios em magnitudes importantes, principalmente em períodos de escassez hídrica, com o objetivo de manter a vazão mínima média diária de 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo)”. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que recordou sobre a temática das regras operativas do Sistema Cantareira, enfatizando o conteúdo das Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nº 925/2017 e 926/2017 e se manifestou pela preservação das conquistas já obtidas pelas Bacias PCJ, materializadas através das Resoluções. Excitou que as tratativas para qualquer redução de vazão do SC devem permanecer de igual teor e de isonomia para a região metropolitana de São Paulo e para as Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. José Cezar Saad, representante do Consórcio PCJ, que sugeriu aos Comitês PCJ, que realizem a solicitação dos estudos que embasam a proposta do DAEE, como subsídio para análise e posterior manifestação dos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. André informou que os estudos que fundamentam a proposta descrita no ofício do DAEE não foram disponibilizados para consulta dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Paulo Roberto S. Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que informou que são emitidos boletins diários com informações da operação do Sistema Cantareira pela Sala de Situação PCJ. Informou também que caso seja aprovada a realização dos testes, que se definam diferentes vazões de descargas para os períodos seco e úmido, estabelecendo dessa forma isonomia entre a Região Metropolitana de São Paulo e as Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Rodrigo Sanches Garcia, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial

de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA/PCJ – Regional Campinas), que enfatizou que caso seja aprovada a redução da vazão conforme proposto pelo DAEE, poderá condicionar futuras decisões relacionadas à renovação da outorga do Sistema Cantareira e assuntos correlatos. Como sugestão, o Sr. Rodrigo propôs a elaboração de um estudo técnico que garanta uma vazão mínima para manter o equilíbrio ambiental das Bacias PCJ e os diversos usos múltiplos dos recursos hídricos. Na sequência, a Sra. Alexandra Faccioli Martins, Promotora de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA/PCJ – Regional Piracicaba), reforçou os argumentos já trazidos nas manifestações anteriores e ressaltou a importância de se compatibilizar a disponibilidade com a qualidade da água, pensando nos demais usos, como é o caso do abastecimento público e a necessidade de preservação dos ecossistemas aquáticos, sobretudo numa realidade tão crítica e complexa como a das Bacias PCJ, tão vulnerável às mudanças climáticas. Relembrou que as discussões ficam focadas na manutenção dos 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo) no ponto de controle de Valinhos, mas as regras da outorga estabelecem vazões médias mínimas de até 12 m³/s (doze metros cúbicos por segundo), que já tem se mostrado insuficiente. No tocante ao ofício enviado pelo DAEE, destacou que, a seu ver, há que se ter muita cautela na alteração das regras construídas na renovação da outorga de 2017, após um longo processo democrático de mais de 4 (quatro) anos, o que somente seria possível em uma situação excepcional ou caso essas regras se revelem insuficientes ou inadequadas, o que não lhe parece ser o caso até o momento. Assim, deverão ser utilizados os diversos mecanismos atualmente previstos, antes de se cogitar da redução das vazões e dos limites para as Bacias PCJ, sempre respeitando a isonomia entre as bacias e a necessária tramitação junto aos Comitês, assim como a transparência das propostas e decisões à sociedade. Nesse sentido, sugeriu que os Comitês PCJ respondam ao ofício encaminhado pelo DAEE solicitando que sejam apresentadas as justificativas para tal pedido e disponibilizados os estudos técnicos elaborados até o momento pelo Comitê Técnico. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP - DR Bragança Paulista), que lembrou

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

215 sobre a importância de garantir outras fontes de
abastecimento público, além das já existentes, para
a Região Metropolitana de São Paulo. Após as
discussões ocorridas, ficou acordado pelos
membros presentes que previamente à realização da
reunião mencionada no ofício do DAEE, será
oficializado pelos Comitês PCJ a disponibilização
220 dos estudos, modelos, simulações e outras
informações de interesse que possam subsidiar
tecnicamente a participação da presidência dos
Comitês PCJ no encontro proposto. O assunto
também será apreciado na 227ª Reunião Ordinária
225 da CT-MH, a ser realizada em 07/03/2022, por
videoconferência. Concomitantemente, foi proposto
pelo Sr. André que o assunto também seja discutido
de forma conjunta em futura reunião extraordinária
conjunta da Câmara Técnica de Monitoramento
230 Hidrológico (CT-MH) e do GT-Estiação 2022
(CT-PL), com data a ser definida. Na sequência, o
Sr. André submeteu a proposta de
encaminhamentos em atenção ao
OFÍCIO/SUP/0206/2022, à votação, sendo
235 aprovada por unanimidade. **3. Plano Diretor de
Macro drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio
Jundiaí.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio
Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e
240 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, informou que a minuta de deliberação
em discussão trata da aprovação do Relatório Final
e o Relatório Síntese do Plano Diretor de
Macro drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio
Jundiaí (PDM-BHJ). O PDM-BHJ constitui estudo
245 de caráter regional, com propostas de ações e
diretrizes gerais referentes à macro drenagem na
Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí (BHJ), com foco
no controle de inundações urbanas, elaboradas com
o objetivo de subsidiar a elaboração e a revisão de
250 Planos Municipais de Drenagem nos 11(once)
municípios com área inserida na BHJ, bem como a
atuação de órgãos gestores e licenciadores na
emissão de outorgas e licenças para ações
255 relacionadas à essa temática nesta região. O estudo
teve início em 2018 (Contrato nº 056/2018),
firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ
e a empresa Profill Engenharia e Ambiente S.A.,
referente à "Elaboração do Plano Diretor de
260 Macro drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio
Jundiaí – PDM BHJ", com a utilização de recursos
financeiros advindos da Cobrança PCJ Federal. Na
sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra.

Elaine Franco de Campos, Coordenadora de
265 Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que
relatou que as diretrizes estabelecidas no PDM-BHJ
têm caráter complementar em relação às diretrizes
já estabelecidas no Plano de Recursos Hídricos das
Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari
270 e Jundiaí 2020 a 2035 (PBH-PCJ 2020-2035). Em
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr.
Sidnei Agra, representante da Profill Engenharia e
Ambiente S.A. que realizou uma breve
apresentação sobre o PDM-BHJ, abordando os
275 seguintes pontos: a) o objetivo geral do PDM-BHJ
foi reduzir progressivamente a frequência, a
intensidade e a gravidade das ocorrências de
enchentes, caracterizar as causas das inundações
ocorridas nas zonas urbanas dos municípios
280 localizados na região e apresentar propostas de
implantação de ações estruturais e não estruturais
para o controle de cheias nas áreas urbanas; b) os
objetivos específicos foram realizar o levantamento
de dados e informações necessários para
285 caracterizar e diagnosticar os problemas relativos
aos processos de formação das cheias na BHJ e seus
impactos nos municípios, prognóstico e
planejamento com horizonte de 20 (vinte) anos.
Também viabilizar a definição de diretrizes gerais
290 de caráter regional e orientar, futuramente, a
elaboração (ou revisão) de Planos Diretores
Municipais de Macro drenagem, adequados à
realidade de cada município da BHJ; c) os trabalhos
foram desenvolvidos em quatro etapas, a saber:
295 Etapa 1 - tratou da organização e planejamento dos
trabalhos; Etapa 2 - tratou do levantamento de dados
e informações; Etapa 3 - tratou do prognóstico para
as ações imediatas, estruturais e não estruturais, e
seus respectivos planos de ações; e Etapa 4 - tratou
300 sobre audiência pública e aprovação do relatório; d)
a coleta de informação foi realizada, dentre vários
mecanismos, através de visita e levantamento de
dados de campo aos 11 (once) municípios,
resultando na coleta de 300 (trezentos) seções de
305 controle, 122 (cento e vinte e duas) confluências e
68 (sessenta e oito) travessias ao longo do Rio
Jundiaí; e) a análise dos dados de monitoramento
hidrológico foi realizada a partir dos dados
pluviométricos e fluviométricos obtidos da BHJ; f)
310 o diagnóstico foi realizado através de simulação
hidrológica. Para a simulação foi levantada a
caracterização fisiográfica da BHJ (áreas de
contribuição e uso do solo). A média do coeficiente
Curve Number (CN) utilizado foi de CN=82,2. Para

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

315 todas as sub-bacias contribuintes do Rio Jundiaí
foram aplicadas quatro fórmulas distintas para o
cálculo do tempo de concentração. O modelo
Hydrologic Modeling System (HEC-HMS) foi
utilizado para a simulação hidrológica; g) os
320 resultados da simulação hidrodinâmica das manchas
de inundação para a calha do Rio Jundiaí foram
agrupados por tempo de retorno de 10 (dez) anos; h)
no diagnóstico também foi avaliado a condição
atual da BHI - realizou uma análise comparativa
325 dos níveis de cheia e das travessias ao longo do rio,
verificado quais estruturas o nível de cheia estava
acima da cota do topo da travessia (falhas). No total
de 68 (sessenta e oito) travessias, em apenas 11
(onze) não ocorreram falhas, sendo que em 4
330 (quatro) o nível de cheia atinge a estrutura; i) foram
apresentados os níveis de criticidade das sub-bacias
do Rio Jundiaí, classificadas em mais críticas - 5
(cinco), em situação de alerta - 17 (dezessete), e em
situação confortável - 10 (dez); j) o prognóstico da
335 BHI apresentou o cenário futuro de ocupação da
bacia, realizado a partir das projeções populacionais
estimadas para o ano de 2040, e a partir dele, foi
revisada a simulação hidrológica das 32 (trinta e
duas) sub-bacias. Também foi realizada uma nova
340 simulação hidrodinâmica ao longo da calha do Rio
Jundiaí, representando os possíveis acréscimos
causados nas manchas de inundação de diferentes
tempos de retorno, em virtude da mudança no uso e
ocupação do solo da bacia; k) no plano de ação
345 foram expostos os programas a serem
implementados na BHI. Os programas são os
estudos e ações complementares de médio e longo
prazo, recomendados com o objetivo de melhorar as
deficiências identificadas durante o seu
350 desenvolvimento. Os 8 (oito) programas propostos
foram: Programa para construção de reservatórios
de amortecimento de cheias; Programa de aumento
da capacidade de condução de escoamento da calha
do Rio Jundiaí; Programa de manejo de drenagem
sustentável; Programa de monitoramento hidráulico
355 hidrológico, previsão, alerta e resposta; Programa
de educação ambiental; Programa de medidas de
fiscalização e controle; Programa de estruturação do
setor de drenagem urbana e Programa de elaboração
de Planos de Drenagem Municipal; e l) detalhou os
360 principais aspectos de cada um dos programas e
ações propostas, seus respectivos custos e
cronograma operacionais para a sua implantação.
Na sequência, o Sr. André ressaltou a importância
365 do respectivo estudo para a drenagem urbana das

Bacias PCJ e informou que os trabalhos foram
acompanhados pelo Grupo Técnico de
Acompanhamento (GTA) composto por técnicos
dos municípios envolvidos, Câmara Técnica de
370 Saneamento (CT-SA), Companhia Ambiental do
Estado de São Paulo (CETESB), Departamento de
Águas e Energia Elétrica (DAEE) e demais outros
envolvidos com a temática. Informou também que
em outubro de 2021 ocorreu a Audiência Pública
375 sobre a apresentação do Relatório Final e Relatório
Síntese do PDM-BHI. Em seguida, o Sr. André
abriu para manifestações e passou a palavra para o
Sr. Tadeu Fabrício Malheiros, representante da
Escola de Engenharia de São Carlos/USP -
380 Departamento de Hidráulica e Saneamento
(EESC/SHS) e Coordenador da Câmara Técnica de
Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias
(CT-ID), que sugeriu que o Programa de Educação
Ambiental fosse intitulado como Educação
385 Ambiental e Capacitação. O Sr. Tadeu afirmou
sobre a importância da quantidade de água que deve
permanecer no leito dos rios para atendimento das
demandas do ecossistema aquático e a preservação
da flora e fauna relacionada ao corpo hídrico (vazão
ecológica). O Sr. Sidnei concordou com as
390 manifestações e reforçou que foram realizadas
aproximadamente 300 (trezentas) seções de
batimetrias no Rio Jundiaí e que a vazão ecológica
está associada ao nível do rio e à sazonalidade de
ocorrência das chuvas. O modelo apresentado no
395 PDM-BHI simulou apenas altas vazões, mas
poderão ser simulados baixas vazões e observados
os resultados dos níveis, contribuir para as
discussões quanto às vazões ecológicas. Na
sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr.
400 Petrus Bartholomeus Weel, representante da
Prefeitura de Holambra e Coordenador-adjunto da
Câmara Técnica de Conservação e Proteção de
Recursos Naturais (CT-RN), que se mostrou
disposto a contribuir com os trabalhos do PDM-BHI
405 no âmbito da CT-RN e Prefeitura de Holambra. Em
seguida, o Sr. André esclareceu os questionamentos
realizados no *chat* da plataforma de
videoconferência e submeteu a minuta de
deliberação que aprova o Relatório Final e Relatório
410 Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da
Bacia Hidrográfica do Rio Jundiaí, e dá outras
providências, à votação, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada aos plênários
dos Comitês PCJ. **4. Relatório sobre a execução
415 das ações previstas no Plano de Aplicação**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 - exercício 2021. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no âmbito do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, firmado entre a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ e por intermédio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 345/20, de 11/12/2020 que aprovou o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, delegou à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) a elaboração e encaminhamento à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), até 28 de fevereiro de cada ano, parecer sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2021-2025. O Relatório de execução das ações previstas no PAP-PCJ 2021-2025 - exercício 2021 foi elaborado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e que apresenta a efetivação da aplicação dos recursos financeiros advindo da Cobrança PCJ Federal, contribuindo com a transparência e clareza do processo de implementação do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí 2020-2035. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informação da Fundação Agência de Bacias PCJ, que fez uma breve apresentação sobre o assunto, informando que: a) o relatório foi organizado em 5 (cinco) partes principais: apresentação dos instrumentos de planejamento financeiro; panorama dos recursos financeiros disponíveis; análise da execução das ações planejadas no exercício 2021, destacando evidências e dificuldades; desafios para os próximos ciclos; b) o montante de investimentos previstos para o período 2021 a 2025 corresponde às estimativas de valores a serem arrecadados com a Cobrança PCJ Federal e os rendimentos financeiros, excluindo a parcela de 7,5% (sete e meio por cento) destinada ao custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, estimativa de inadimplência de aproximadamente de 15% (quinze por cento) e os pagamentos realizados em juízo referentes à transposição do Sistema Cantareira pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); c) para o exercício 2021, os recursos financeiros disponíveis englobaram o saldo

remanescente para investimento advindo do PAP-PCJ 2017-2020, totalizando R\$ 23.113.062,10 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e dez centavos); d) as análises realizadas avaliaram a execução, no exercício 2021, considerando o recurso financeiro autorizado, empenhado e desembolsado no período; e) quanto a execução financeira do exercício 2021, foi empenhado 63,3% (sessenta e três por cento), correspondendo o montante de R\$ 14.620.945,65 (quatorze milhões, seiscentos e vinte mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) do recurso financeiro previsto no Plano de Execução Orçamentária Anual (POA-PCJ) e 40,55% (quarenta por cento) do recurso empenhado foi desembolsado no período, o que representou o montante de R\$ 5.928.396,00 (cinco milhões, novecentos e vinte e oito mil e trezentos e noventa e seis reais); f) para evidenciar a execução das ações autorizadas foi apresentado fichas de execução dos serviços prestados referentes às suas sub-ações; e g) o Relatório contemplou as dificuldades encontradas e os desafios para os próximos ciclos. Na sequência, o Sr. André complementou informando que o referido Relatório foi apreciado e aprovado na integralidade, em 21/02/2022, durante a 12ª Reunião Extraordinária da CT-PB. Em seguida, o Sr. André abriu para manifestações. Não havendo manifestações, o Relatório de Execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 - exercício 2021 foi submetido, à votação, sendo aprovado por unanimidade. **5. Transferência de recursos financeiros do FEHIDRO, oriundos da cobrança paulista pelo uso dos recursos hídricos, da subconta do CBH-PCJ para as subcontas do CBH-SMT, para a contratação de empreendimentos de interesse regional previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos –PERH 2020-2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no ano de 2016, no âmbito da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2016-2019, o Grupo de CBHs da Bacia do Rio Tietê, formado pelas Secretarias Executivas dos CBHs Alto Tietê (AT), Sorocaba e Médio Tietê (SMT), Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), Tietê-Jacaré (TJ), Tietê-Batalha (TB) e Baixo Tietê (BT) e pelas diretorias das Fundações

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

Agências de Bacias Hidrográficas instaladas na região (FABH-AT, FABH-SMT e Agência das Bacias PCJ), apresentou propostas de ações integradas. Após reuniões conjuntas dos CBHs envolvidos foi aprovado o “Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê”. Em 2021, foi instituído 6 (seis) Grupos de Trabalho (Barragens, Monitoramento, Plano, Agências de Bacias, Comunicação e Pesquisas) que discutiram os encaminhamentos relativos à execução das ações conjuntas previstas no Plano de Ações Coletivas e Solidárias e no Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023. As 2 (duas) ações que prosperaram para a elaboração de Termo de Referência foram: i) “Contratação de empresa para execução de serviços de assessoria de imprensa”, que será indicada e executada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); e ii) “Contratação de empresa para a elaboração de estudo visando a definição de diretrizes técnicas e estratégicas institucionais para subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) da Bacia do Rio Tietê”, que será indicada e executada pela FABH-SMT, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O grupo aprovou um critério de rateio, referente à divisão do valor total estimado para a execução de cada ação, na proporção de 30% (trinta por cento) para o CBH-AT, de 30% (trinta por cento) para o CBH-PCJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-SMT, de 10% (dez por cento) para o CBH-TJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-TB e de 10% (dez por cento) para o CBH-BT. Os empreendimentos foram incluídos no Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI 2020 a 2023 dos 06 (seis) CBHs da Bacia do Rio Tietê. O Sr. André informou que a referida minuta de deliberação trata da aprovação da transferência de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) da subconta do CBH-PCJ para a subconta do CBH-SMT, destinada ao repasse de recursos para o custeio da execução de ação indicada. Após a explanação, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo, submeteu a minuta de deliberação que autoriza a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, oriundos da cobrança paulista pelo uso dos recursos hídricos, da subconta do CBH-PCJ para a subconta do CBH-SMT, para a contratação de empreendimento de interesse regional e dá outras

570 providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos plenários dos Comitês PCJ. **6. Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo – exercício 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que a Deliberação do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) nº 213, de 31/01/2020, estabelece que os Comitês de Bacias Hidrográficas devem aprovar seus respectivos Planos Anuais de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de domínio do Estado de São Paulo até o final do mês de abril do exercício a que se refere. O referido plano formaliza a previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o exercício 2022 e os ajustes da receita para investimento do ano anterior. O Sr. André informou que em decorrência da alteração do Agente Financeiro, do Banco do Brasil para Desenvolve SP, houve um atraso no envio dos dados referentes à arrecadação da cobrança paulista dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2021. Ressaltou também que houve a necessidade de registro, no Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança, para o exercício 2022, sobre a transferência de recursos financeiros entre os Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, destinadas à execução de empreendimentos de interesse regional previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2020 a 2023. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Tony Segatto, Coordenador Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou as informações referentes ao Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança PCJ Paulista - exercício 2022. O montante de R\$ 20.209.000,00 (vinte milhões e duzentos e nove mil reais) foi a previsão de arrecadação de recursos financeiros para o exercício 2022. Em decorrência da insuficiência de dados disponíveis, não foi enumerado quantitativamente os ajustes da receita de 2021, o resumo da receita e o custeio (com alocação da previsão de arrecadação de dez por cento para os custeios da Fundação Agência das Bacias PCJ), os ajustes do exercício anterior e previsões para o exercício atual, a apuração de investimentos (acrescido do recebimento da transferência entre

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

bacias efetuadas por outro CBH) e as despesas de investimento. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que o Anexo III tratar-se da memória de cálculo de investimento contemplando os empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista para apurar eventuais saldos de contratos a serem utilizados no exercício subsequente. Em seguida e em decorrência da ausência de dados para a composição da minuta de deliberação, o Sr. André realizou uma proposta de encaminhamento, informando que após o envio dos dados faltantes pela entidade estadual para a composição da minuta de deliberação que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2022, será encaminhada para apreciação dos Plenários dos Comitês PCJ. A proposta de encaminhamento foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos plenários dos Comitês PCJ. **7. Contribuições para o Relatório de Salubridade Ambiental do Estado de São Paulo.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a SIMA iniciou a elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (PESB/SP). O PESB/SP trata-se de uma ferramenta de gestão pública para o setor, visando estratégias de universalização dos serviços de saneamento básico e melhorias na prestação dos serviços nos municípios paulistas. O Plano foi composto por 6 (seis) relatórios, dentre eles, o Relatório de Salubridade Ambiental. No âmbito da elaboração do Relatório de Salubridade Ambiental houve a etapa de consulta pública, que se estendeu até dia 10/01/2022. A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) encaminhou suas contribuições para a consulta pública e solicitou apreciação e manifestação dessas contribuições à Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), que dentro das suas competências, elaborou um Parecer Técnico (PT) com contribuições sobre o conteúdo do Relatório de Salubridade Ambiental. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza,

representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e Coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), que apresentou o conteúdo do PT supracitado. O PT foi analisado e aprovado pelo Grupo de Trabalho (GT) Plano de Segurança da Água (PSA) da CT-SAM em 26/01/2022, na 2ª Reunião do GT-PSA, realizada por videoconferência. Em 22/02/2022, o PT foi apreciado e aprovado na 93ª Reunião Ordinária da CT-SAM, a qual esteve presente o Sr. Diogo Lessa, Assistente Técnico da Coordenadoria de Saneamento da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que se comprometeu a aceitar o documento fora do prazo estipulado. Na sequência, o Sr. André abriu para manifestações e não havendo, submeteu o Parecer Técnico sobre consulta pública do Relatório de Salubridade Ambiental do Estado de São Paulo, à votação, sendo aprovado por unanimidade, a ser encaminhado à Coordenadoria de Saneamento da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **8. Relatório Anual de Atividades dos Comitês PCJ – exercício 2021, elaborado em atendimento a meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ deve elaborar o Planejamento Anual de Atividades (PAA) do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e de suas instâncias, conforme as diretrizes do planejamento estratégico e em conformidade com as orientações dos plenários e diretoria dos Comitês PCJ. O PAA e seu respectivo Relatório Anual de Atividades (RAA), que aferirá os resultados do PAA, inserem-se no âmbito do Indicador 1 do Contrato de Gestão mencionado, o qual diz respeito à aferição do número de eventos e de reuniões realizados pelos Comitês PCJ para o exercício subsequente conforme planejamento. A Deliberação dos Comitês PCJ nº 361/21, de 30/03/2021, aprova o PAA dos Comitês PCJ para o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

725 ano de 2021, com o total de 87 (oitenta e sete)
reuniões/eventos planejados. Diante do exposto, o
725 Sr. André informou que duas minutas de
deliberações serão apreciadas, a saber: i) minuta de
deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 361/21, de 30/03/2021 – trata da
correção do Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ
730 nº 361/21, referente a quantificação total dos
eventos/reuniões planejados no período de 2021.
Erroneamente foi registrado um número total
inferior de reuniões/eventos planejados, sendo
necessário a correção de 87 (oitenta e sete) para 88
735 (oitenta e oito) reuniões/eventos; e ii) minuta de
deliberação que aprova o Relatório Anual de
Atividades – RAA dos Comitês PCJ, referente ao
exercício 2021. Após os esclarecimentos, foi aberta
a palavra para manifestações dos presentes e não
740 havendo, submeteu a minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 361/21, de 30/03/2021, reti-
ratificada, que aprova o Planejamento Anual de
Atividades dos Comitês PCJ para o ano de 2021, à
votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
745 encaminhada aos plenários dos Comitês PCJ. Em
seguida, o Sr. André submeteu a minuta de
deliberação dos Comitês PCJ que aprova o
Relatório Anual de Atividades – RAA dos Comitês
PCJ, referente ao exercício 2021, à votação, sendo
750 aprovada por unanimidade para ser encaminhada
aos plenários dos Comitês PCJ. **9. Relatório Anual
de Atividades dos Comitês PCJ – exercício 2021,
elaborado em atendimento ao Programa
Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
755 Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS.** O Sr.
André Luiz Sanchez Navarro, representante da
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
(SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
760 informou tratar-se do Relatório Anual de Atividades
(RAA) dos Comitês PCJ - exercício 2021, que foi
elaborado em atendimento ao Programa Nacional
de Fortalecimento dos Comitês de Bacias
Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência
765 Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O
preenchimento da planilha que compõe o Relatório
foi baseado nas ações previstas e realizadas do
Plano de Trabalho Anual (PTA) – 2021. Em
seguida, o Sr. André abriu para manifestações e não
770 havendo, submeteu a planilha do Relatório Anual de
Atividades dos Comitês PCJ – exercício 2021, no
âmbito do PROCOMITÊS, à votação, sendo
aprovado por unanimidade para ser encaminhada à

Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da
775 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
(SIMA) do Estado de São Paulo, que
posteriormente encaminhará para a ANA. **10.
Constituição do GT-Eleições 2023.** O Sr. André
Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria
780 de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou a
necessidade da criação do Grupo de Trabalho (GT)
denominado de GT-Eleições 2023, para dar início à
785 organização do processo eleitoral do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL para 2023 e abriu a palavra para
manifestação dos interessados em compor este GT.
Após as manifestações, ficou composta e aprovada
a composição do GT-Eleições 2023, com os
790 seguintes membros: Instituto de Proteção
Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio
Corumbataí (IPSA), Associação Nacional dos
Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE),
Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de
795 Andrade” (AAMHOR), Companhia de Saneamento
Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Fórum
das Américas (FA), Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ e Fundação Agência das Bacias PCJ.
**11. Informes. 11.1 da Secretaria Executiva dos
800 Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio
Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL informou que: a) em atendimento às
805 exigências do Programa Nacional de
Fortalecimento dos Comitês de Bacias
Hidrográficas (PROCOMITÊS), todos os novos
membros dos Comitês PCJ deverão passar por
capacitação. Informou também, que a Deliberação
810 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-
SP) nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão
da metodologia de distribuição de recursos
financeiros do Fundo Estadual de Recursos
Hídricos (FEHIDRO), a vigorar a partir deste ano,
815 estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos
membros dos comitês de bacias hidrográficas. A
capacitação poderá ser realizada, entre outras
estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos
pela Agência Nacional de Águas e Saneamento
820 Básico (ANA), disponíveis por meio do link
(<https://capacitacao.ead.unesp.br>). O Sr. André
comunicou aos membros dos Comitês PCJ, que
após a realização de cursos de capacitações, devem
encaminhar para o e-mail da Secretaria Executiva

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 84ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 04/03/2022 – 09:00 horas

825 dos Comitês PCJ
(se.pcj@comites.baciaspcj.org.br), os certificados
para registro em banco de dados; b) o I Fórum de
Diálogos sobre Impactos na Política Nacional de
Recursos Hídricos ocorreu em 15/02/2022, com
830 transmissão pelo *YouTube* e teve como objetivo
discutir e avaliar os principais impactos do Projeto
de Lei (PL) nº 4546/2021 à Política Nacional de
Recursos Hídricos, especialmente ao Sistema
Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
835 em nível nacional. Também, em 17/02/2022, o PL
foi tema de discussão em Seminário promovido pelo
Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH);
c) a 1ª Reunião Ordinária do Colegiado
Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de
840 Bacias Hidrográficas (FNCBH), ocorreu nos dias 16
e 17 de fevereiro de 2022, no auditório do CIESP –
Campinas; d) ocorrerá no dia 16/03/2022 (Grupo 5
– CBH-PCJ), reunião online sobre o Zoneamento
Ecológico-Econômico (ZEE-SP) junto ao CBH-
845 PCJ. Os objetivos da reunião será retomar a
contextualização do ZEE-SP, apresentar os
produtos que compõem o ZEE e suas possibilidades
de utilização e incorporação por agentes regionais,
esclarecer dúvidas e a forma de envio de
850 contribuições no processo de consulta pública. Para
inscrições e demais informações, os interessados
devem acessar o *link*
<https://bit.ly/ReunioesRegionaisZEE>; e e) a 27ª
855 Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ,
PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) está programada para
ocorrer em 31/03/2022, às 9:00 horas, por
videoconferência. O Sr. André solicitou aos
membros que reservem a data em suas agendas de
trabalho. **11.2. da Fundação Agência das Bacias**
860 **PCJ.** O Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio
Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência
das Bacias PCJ, que informou que: a) em
31/01/2022, a Fundação Agência das Bacias PCJ,
enquanto Entidade Delegatária das funções de
865 Agência de Águas nas Bacias PCJ, apresentou para

a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA) o Relatório Anual dos Resultados, exercício
2021, referente ao Programa de Trabalho do
Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA e que em
870 04/03/2022, a ANA deve apresentar o resultado
referente às metas estabelecidas para o exercício
2021, com a nota geral, do desempenho da entidade;
b) a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou
875 sobre o lançamento da Aplicação Web Proteção de
Mananciais PCJ, uma capacitação realizada nos
municípios prioritários nas classes 5 (muito alta) e 4
(alta) para esclarecimentos sobre o acesso e formas
de utilização da plataforma. As próximas oficinas
880 serão realizadas nos dias 10/03/2022 e 17/03/2022.
A Sra. Patrícia explanou sobre o Projeto Nascentes
Analândia na microbacia do Córrego Cavalheiro
onde se realizou a restauração ecológica com o
plantio de espécies arbóreas nativas e manutenção
885 das áreas plantadas; c) a Sra. Lívia Maria Ongaro
Modolo, Analista Técnica da Coordenação de
Projetos da Agência das Bacias PCJ, informou que
em dezembro de 2021 houve a abertura dos editais
nas temáticas de Saneamento e Controle de Perdas
890 Hídricas, Saneamento Rural, Controle de Perdas
Hídricas (Cobrança PCJ Paulista) e Saneamento
(Cobrança PCJ Federal). Foram realizadas
capacitações, contatos telefônicos, envio de e-mails,
divulgação no site da Fundação Agência das Bacias
895 PCJ e nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ com
o intuito de sensibilizar os municípios a
participarem. Como resultado foram 50 (cinquenta)
empreendimentos inscritos nas diferentes temáticas,
dentre eles, um foi indeferido e os 49 restantes
900 encontram-se em análise da Fundação Agência das
Bacias PCJ, órgãos licenciadores, outorgantes e
pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. **12.**
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr.
André agradeceu a participação de todos e deu por
905 encerrada a reunião.

André Luiz Sanchez Navarro
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL e Coordenador da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)